

Luiz Augusto de Castro Neves

A República Popular da China é hoje, certamente, o país que mais mobiliza as atenções no mundo: governos de outros países, a comunidade financeira internacional, cientistas políticos e a comunidade acadêmica em geral, empresários, turistas e curiosos, todos têm tido na China o objeto predileto de suas atenções. Esse foco na China se tem refletido nos meios de comunicação: nos últimos meses, praticamente não há semana em que não haja, seja em jornais, seja em emissoras de televisão, um programa ou reportagem dedicado à China.

No que nos diz respeito, a recente viagem do presidente Lula, em maio último, colocou-nos a China na ordem do dia, gerando as mais variadas expectativas sobre o que ela pode significar para o Brasil em um futuro previsível. Uma avaliação preliminar das perspectivas das relações sino-brasileiras coloca em evidência inúmeras oportunidades relevantes para o Brasil (e para a China) nos mais variados campos, do comércio aos investimentos, da cooperação científica e tecnológica às próprias circunstâncias que de uma forma ou de outra podem afetar a inserção do Brasil num sistema internacional cada vez mais globalizado.

Na realidade, discorrer sobre as perspectivas das relações sino-brasileiras é referir-se a desafios que temos diante de nós, cuja superação é essencial para que essa relação redunde em ganhos concretos e equilibrados para brasileiros e chineses. E os desafios não são poucos, sobretudo do lado brasileiro.

Parece oportuno fazer referência a alguns aspectos que constituem o pano de fundo para as considerações que, eventualmente, venham a ser feitas, na busca de uma sintonia mais precisa em nosso relacionamento com a China, tanto no plano estritamente bilateral, quanto nas questões que têm a ver com a nossa inserção em contextos multilaterais:

No plano político-estratégico, cabe ter em mente que a China é uma potência nuclear, membro permanente do Conselho de Segurança da Nações Unidas, e cada vez mais se consolida como ator de primeira categoria no cenário internacional. A consciência dessa condição se traduz, por exemplo, em episódios como o do avião espião norte-americano, forçado a pousar na ilha de Hainan e só devolvido após explicações dos EUA consideradas satisfatórias pelos chineses.

Num mundo onde se busca aferir o grau de predomínio de uma única superpotência, a importância da emergência da China decorrerá de sua capacidade de inserção positiva no sistema internacional, transformando-se destarte em um fator de estabilidade das relações internacionais.

Cabe recordar, a propósito, que o fim da Guerra Fria, se por um lado trouxe uma sensação de alívio nas tensões mundiais (alívio esse que se comprovou efêmero), por outro lado, eliminou uma referência básica nas relações internacionais pós-1945. Com efeito, o chamado conflito Leste-Oeste, com todas as limitações, distorções e percepções maniqueístas que nos eram impostas, não deixava de ser um fator de estabilidade nas relações internacionais durante a maior parte da segunda metade do “breve Século XX”, na definição de Hobsbawm.

No mundo de hoje, já há uma clara percepção do papel que a China poderá desempenhar como país-chave do sistema internacional, participando de forma construtiva de foros regionais e mundiais, sobretudo se aceitarmos a premissa de que o unilateralismo não contribui para a estabilidade das relações internacionais e muito menos favorece o esforço daqueles países que, como o Brasil, buscam uma inserção no mundo que seja compatível com suas potencialidades.

A China está vivendo um momento crucial de sua história moderna, com os seus governantes empenhados em três grandes processos simultâneos: (i) a transição para uma economia de mercado, (ii) uma expansão econômica espetacular e (iii) uma mudança fundamental de prioridade, passando da preocupação com a auto-suficiência para uma decidida inserção na economia globalizada e na comunidade internacional. Talvez não seja correto dizer que a China em marcha

para o capitalismo; o mais correto seria dizer que a China está passando por um gigantesco processo de privatização de sua economia, isto é, o sujeito econômico está deixando de ser o Estado chinês (ou o Partido Comunista Chinês) e sendo cada vez mais os agentes privados. Em outras palavras, o motor do crescimento chinês é cada vez mais o setor privado.

A outra questão interessante diz respeito ao tema democracia. Contrariamente ao que é voz corrente, tudo indica que o processo de abertura democrática na China teve início em 1979 (portanto, dez anos antes da queda do Muro de Berlim e a democratização do Leste Europeu), com a reabilitação e consolidação do poder de Deng Xiaoping, permitindo-lhe atuar no sentido de:

- Regulamentação da política dos grupos dirigentes, em particular, no que se refere aos mecanismos sucessórios (que sempre foram precários, sem normas e prazos, nos países socialistas e nos partidos marxista-leninistas); o modelo das gerações;
- Aperfeiçoamento da divisão de poder entre os diversos ramos do governo;
- Robustecimento da participação política dos cidadãos.

Outra constatação importante a propósito da inserção da China na comunidade internacional é a sua capacidade de se integrar no mundo moderno sem submeter-se a esquemas estratégicos inspirados pelos EUA. Isso não deve ser visto como evidência de inevitabilidade de uma nova “guerra fria” e, certamente, esse não é o objetivo enunciado do governo chinês. A China tem insistido no modelo do *peaceful rise* (“ascensão pacífica”), que caracteriza sua ascensão ao seleto grupo dos países mais poderosos e adiantados do mundo.

No plano das relações econômicas internacionais, a primeira e óbvia constatação é a de que a China é um mercado de um bilhão e trezentos milhões de pessoas; seu PIB, se medido pelo método de paridade do poder de compra, já é o segundo do mundo, atrás apenas dos EUA. Mesmo utilizando os critérios tradicionais, a China já é a quarta economia industrial do mundo, atrás apenas dos EUA, do Japão e da Alemanha, e é hoje a maior base produtiva de manufaturas do globo. Nestes primeiros anos do Terceiro Milênio, ficou patente, por exemplo, que a China substituiu o Japão como principal motor econômico de todo o Extremo Oriente.

Antes de falar mais especificamente das perspectivas das relações Brasil-China, é inevitável discorrer sobre algumas percepções atuais sobre a economia chinesa, a saber:

A economia chinesa tem crescido a taxas impressionantes ao longo das últimas duas décadas. O crescimento acelerado por um período tão extenso tem colocado em evidência certos gargalos estruturais da economia chinesa, como é o caso do setor energético. A demanda crescente por energia e por uma infra-estrutura econômica mais eficiente está a requerer uma “aterrissagem de emergência” da economia chinesa, de forma a permitir um crescimento mais equilibrado dos diversos setores que, por sua própria natureza, têm mais dificuldade de “decolar”. A questão é saber se o pouso será suave ou acidentado e que repercussões isso terá no comércio exterior chinês e, em particular, no comércio com o Brasil.

O crescimento chinês decorreu, ademais das impressionantes cifras de investimento estrangeiro, da extraordinária propensão para investir – o consumo total em 2003 alcançou 53% do PIB.

No passado, o aumento dos investimentos refletia essencialmente o aumento do gasto público. Atualmente, esse aumento reflete de forma crescente o aumento do investimento privado (externo e doméstico), atraído pelas potencialidades do mercado chinês. Na medida em que houver a percepção de retornos decrescentes, o nível de investimentos deverá reduzir-se a níveis mais “normais” e, portanto, também o crescimento da economia (quem sabe para um patamar mais sustentável). Ainda assim, o banco JPMorgan calcula que o crescimento real do PIB em 2004 será de 8,8% (que o banco considera um *slowdown* da economia chinesa...).

No que tange à inflação, a projeção para o quarto trimestre do ano é de 5,9% (anualizado), comparado com 2,8% do primeiro trimestre (ainda segundo o JPMorgan). Não há, contudo, e ao que parece, evidência de início de um processo inflacionário que coloque em risco a estabilidade macroeconômica da China.

As contas públicas chinesas são consideradas hoje mais equilibradas do que o eram há dez anos. Segundo dados do bando Morgan Stanley, apresentados no World Economic Forum, as receitas do governo estão a crescer a 33% ao ano.

A economia chinesa é hoje, certamente, mais forte e experiente e, portanto, mais capaz de suportar tensões e desequilíbrios conjunturais. Cabe recordar, a propósito, o bom desempenho da economia chinesa durante a crise asiática de 1997-1998, não somente por resistir ao contágio regional de desvalorização de sua moeda, mas, sobretudo, por manter essencialmente intacto o ímpeto de crescimento de sua economia real. Hoje, as pressões internacionais são no sentido de fazer o *reimimbi* flutuar, o que acarretaria, na prática, uma desvalorização da moeda chinesa em relação às demais moedas livremente conversíveis.

Em 1994, o PIB chinês equivalia a 2,1% do PIB mundial; hoje, corresponde a 3,9%, quase o dobro. As reservas internacionais já superam com folga os 400 milhões de dólares. Atualmente, dada a dimensão econômica da China, suas oscilações já começam a ter impacto relevante sobre o desempenho da economia mundial.

Parece, portanto, claro que o crescimento da economia chinesa deve experimentar significativa redução ao longo dos próximos anos. À luz do que foi exposto, parece haver boas razões para se crer que essa redução será feita de forma controlada, para permitir a “re-arrumação” de sua economia antes de se buscar a retomada de um novo ciclo expansivo.

Sumário do desempenho recente da economia chinesa:

- Altas taxas de investimento ao longo dos anos;
- Mudanças estruturais nos padrões de consumo;
- Exportações como componente da demanda efetiva;
- Investimentos estrangeiros diretos.

Metas do 10º Plano Quinquenal:

- Manter o crescimento real do PIB em 7% ao ano;
- Manter o desemprego urbano abaixo de 5% (demanda de 8 milhões de novos empregos por ano);
- Estabilidade de preços e equilíbrio no balanço de pagamentos;
- Promover redução de tarifas no contexto do ingresso para a OMC;
- Promover a abertura na área de serviços, tais como bancos, seguros, telecomunicações, comércio e turismo;
- Reduzir as desigualdades regionais.

Não obstante as perspectivas de redução no crescimento da economia chinesa, há boas razões para se crer que as importações de vários setores continuarão a crescer significativamente, em decorrência da incapacidade de atendimento mediante a produção interna de certas demandas, como é o caso, por exemplo, de alimentos e de ferro, aço e outros siderúrgicos.

As relações sino-brasileiras:

Nos últimos anos as relações entre o Brasil e a China ganharam enorme destaque em meios brasileiros, oficiais e privados. Além das transformações radicais em curso naquele país e de sua vigorosa inserção no sistema internacional, o crescimento espetacular do comércio entre os dois países (bem como o acúmulo de um significativo saldo comercial em favor do Brasil) têm chamado a atenção para uma parceria que apenas começa a ser delineada. Acrescenta-se a isso a visita do presidente da República à China em maio último, acompanhado por uma numerosa comitiva de empresários. Essa visita, e toda a movimentação que ela gerou durante a sua preparação, criou um elevado nível de expectativas, algumas certamente realistas e outras nem tanto.

A China foi, em 2003, o terceiro maior mercado para as exportações brasileiras, abaixo apenas dos EUA e da Argentina. Nossas exportações para a China atingiram a cifra de US\$ 4,53 bilhões, apenas US\$ 29 milhões abaixo da Argentina, nosso segundo parceiro comercial. O total das exportações brasileiras aumentou nesse ano 21% em relação ao ano anterior, 32% se considerada a Ásia como destino e 79% apenas para a China. No fim de 2003, a China já era o destino de 6,2% das exportações brasileiras e responsável por 10% do saldo comercial registrado de US\$ 24 bilhões. Cabe assinalar, a propósito, que o principal motivo desse aumento tão significativo foi o aumento das exportações de soja, que cresceram em volume e se beneficiaram de uma elevação sem precedentes nos preços internacionais.

Verifica-se também no comércio do Brasil com a China uma tendência à *primarização* relativa da pauta das exportações brasileiras para aquele país. Com efeito, 50% das exportações do Brasil para a China correspondem a produtos primários, que correspondem a apenas 29% do total das exportações brasileiras para o mundo. Deve ser esclarecido que, apesar da grande concentração em produtos de base, a exportação de manufaturados e semi-manufaturados para a China também tem crescido significativa e continuamente desde 1999. Assim, a China adquire uma importância crescente como parceira comercial do Brasil, sobretudo tendo em vista a necessidade brasileira de gerar saldos comerciais igualmente crescentes com vistas a promover a tão ansiada expansão da atividade econômica, sem a qual é difícil pensar em geração de emprego e inclusão social.

O desafio, portanto, é fazer com que essa trajetória ascendente do comércio Brasil-China se dê em bases sustentáveis. A promoção das exportações brasileiras para a China deve ser orientada para uma pauta de exportação mais diversificada e com maior valor agregado. Ingrediente desse esforço é o aumento da base de exportadores, o que deve incluir a participação crescente de empresas exportadoras de pequeno e médio porte.

Outro aspecto do desafio é a assimetria que prevalece no comércio Brasil-China: a China é o terceiro (e em vias de se tornar o segundo) parceiro comercial do Brasil, enquanto o Brasil ainda possui uma presença pouco significativa no mercado chinês. A entrada da China na OMC poderá melhorar as condições de acesso de empresas brasileiras ao mercado chinês.

Uma forma de buscar um acesso mais estável ao mercado chinês é através de investimentos diretos, com a formação de empreendimentos conjuntos com empresas chinesas, voltados para o abastecimento do mercado interno e para terceiros mercados (convém ter em mente que mais da metade do mercado exterior chinês é feito por empresas multinacionais instaladas naquele país).

Caberia também uma menção à perspectiva de investimentos chineses no Brasil, certamente um tema relevante das relações entre os dois países. É certamente fundamental fazer um esforço de identificação de setores no Brasil que tenham valor estratégico para a China. Por exemplo: a recuperação e expansão da malha ferroviária, que facilite o escoamento da produção de soja, uma vez que boa parte da mesma tem como destino a China. Esse tipo de investimento, que deve envolver a participação de empresas brasileiras, poderá incluir a importação de locomotivas chinesas (que poderão vir CKD para serem montadas no Brasil) certamente contribuirá para a redução do custo no Brasil, que tanto onera nossa competitividade externa.

Em conclusão, as perspectivas das relações entre o Brasil e a China envolvem em série de oportunidades e desafios; estes últimos com toda a certeza serão a parte mais importante do meu trabalho nos próximos anos. Como soe acontecer em situações desse tipo, muito dependerá da nossa capacidade de estarmos devidamente preparados para superar desafios, aproveitar ao máximo as oportunidades que se apresentam e fazer com que as relações sino-brasileiras possam ser corretas, com simetria de vantagens e um importante instrumento de promoção de nosso desenvolvimento econômico e social. Destaco, ainda, que a mobilização para essa tarefa deve abranger tanto o setor público quanto o setor privado. Espero, como futuro Embaixador do Brasil na China, poder ajudar decisivamente na intensificação e aprofundamento dessas relações; espero também contar com o inequívoco apoio do setor privado brasileiro que tem interesse nesse esforço.